

# Registros administrativos como fonte de dados

Frederico Poley Martins Ferreira  
Fundação João Pinheiro

## RESUMO

*Ainda muito pouco estudados no Brasil, os registros administrativos são uma rica fonte de dados que poderiam ser mais úteis tanto para os tomadores de decisão como para os mais diversos pesquisadores. No entanto, a utilização dos registros administrativos para outros fins que não para os quais, inicialmente, foram gerados, remete a uma série de cuidados. É fundamental identificar como os registros são criados e gerenciados dentro das organizações, além da aplicação de conceitos como, precisão, validade e confiabilidade.*

Palavras-Chave: registros administrativos, gerenciamento, informação

## 1 - INTRODUÇÃO

As diferentes organizações, normalmente, produzem um volume enorme de informações, dados e registros voltados para a tomada de decisões e em última análise para o próprio agir administrativo. Transformar esses registros em fonte de dados para fins, diversos dos quais justificaram sua criação, é um grande desafio.

Nesse aspecto a utilização dos chamados “registros administrativos” como fonte de dados para pesquisas científicas necessita passar por avaliações rigorosas de obtenção e crítica. Esses processos são decisivos e estão diretamente relacionados à forma como as organizações gerenciam e sistematizam suas informações.

Na maior parte dos casos, a utilização de registros pode ser altamente compensadora, seja pelo fato de abordar aspectos, normalmente, não disponíveis nas pesquisas oficiais, seja pela economia de custos com pesquisas, seja pela melhor utilização da informação produzida pelas organizações e pela possibilidade da existência de dados em períodos contínuos de tempo (análises do tipo “coorte”).

De uma maneira geral, agrega-se positivamente a essas vantagens, o fato de que a própria área de Sistemas de Informações vem passando por um rápido processo de evolução no Brasil. Tanto no que se refere ao rigor na aplicação dos métodos científicos, como no desenvolvimento acadêmico, per si. De acordo com Oliveira (2006)

“Especificamente, na área de Sistemas de Informação a preocupação com o rigor metodológico das pesquisas é evidente desde meados dos anos 80 com a publicação de artigos, os quais apresentavam os métodos científicos mais utilizados no desenvolvimento de pesquisas e conceitos básicos sobre os métodos qualitativos e quantitativos, classificação, e posição epistemológica, com exemplos baseados em resultados de artigos publicados considerados excelentes ou não na aplicação do método, com a intenção de aumentar a confiabilidade e validade dos resultados. (Oliveira, Maçada e Goldoni, 2006)

Uma das conseqüências desse processo é o fortalecimento da tendência de que os registros administrativos sejam mais bem desenvolvidos e aproveitados dentro das organizações. Em governos de vários países, cuja administração da informação está mais desenvolvida, os registros administrativos são utilizados de várias maneiras, como, por exemplo, para a formulação de políticas públicas e também para os mais diversos tipos de trabalhos científicos. Países como a Holanda, Canadá e Estados Unidos, avaliam a partir de registros administrativos inclusive a qualidade de seus censos populacionais. (Long 2001; Butz 1982)

Mesmo no Brasil, num período relativamente recente, muitos registros administrativos vêm sendo utilizados para subsidiar diferentes pesquisas. São os casos dos registros de nascimento, morte, casamento e também alguns registros relativos ao Ministério do Trabalho como os da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o do CAGED (Cadastro geral de Empregados e Desempregados). Utilizados extensivamente para o acompanhamento do mercado de trabalho e pesquisas do tipo emprego-desemprego.

Basicamente, o setor público é pródigo na produção de registros administrativos. Boa parte de suas ações como, por exemplo, cobrança de impostos, repasse de recursos, desenvolvimento de programas sociais, políticas na área de saúde, políticas de trabalho e emprego e políticas de pessoal estão baseadas em cadastros que são alimentados a partir de registros administrativos.

Concomitantemente, tem-se observado a profusão de usos de cadastros de companhias prestadoras de serviços como: os de água, energia elétrica, telefone, cadastros de impostos como os do ICMS (Impostos de Circulação de Mercadoria e Serviços), IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Esses dados têm sido utilizados para os mais diferentes fins como: nas decisões administrativas, análises econômicas, sociais, formulação de políticas públicas... Esses bancos de dados, normalmente, são criados e gerenciados a partir de registros administrativos.

## **2 - DEFININDO REGISTROS ADMINISTRATIVOS**

É interessante observar que, registros têm existido desde as primeiras criações do homem. Há muito tempo, as organizações humanas têm manipulado informações no sentido de arquivar e subsidiar suas ações no presente e para o futuro. Hoje, o gerenciamento de informações é uma disciplina que aplica e desenvolve técnicas bem estabelecidas para controlar e desenvolver as fontes de dados que surgem nas organizações a partir de suas próprias atividades.

Normalmente, na medida em que as organizações se tornam mais complexas e persistentes no tempo, maior a quantidade de informações produzidas. Porém, é importante observar, que nem todas essas informações podem ser encaradas e/ou definidas como sendo registros administrativos de forma estrita.

Assim sendo, existe uma necessidade empírica de conceituar adequadamente o que é um registro administrativo. Determinados aspectos contribuem diretamente para se alcançar esse objetivo.

De uma maneira geral, pode-se identificar um registro administrativo a partir das seguintes características:

- São registros de informações individuais com vistas ao agir administrativo;
- Têm sua razão de ser na medida, em que sejam adequados à promoção de uma ação administrativa;
- Registros administrativos são instrumentos de administração, sendo assim, também expressão de poder.

Senra (1996 p199) por sua vez, define os registros administrativos como sendo:

“...registros individuais (entenda-se como registros individuais não apenas registros sobre pessoas, mas também, por exemplo, registros sobre empresas, sobre transações comerciais, dentre outros) com vistas ao agir administrativo. Dessa forma os registros se justificam têm sua razão de ser, na medida em que sejam adequados à promoção de uma ação administrativa.”

É importante observar que, os registros administrativos não são encontrados apenas nas organizações governamentais, praticamente, todas as entidades públicas ou privadas criam e gerenciam registros administrativos. No entanto, é característico dos órgãos públicos atuar em atividades como, coleta de tributos, fiscalização, repasse de recursos e formulação das mais diversas políticas públicas a partir de cadastros subsidiados pelos registros administrativos.

Dessa maneira, Zacharias (2003 p.6), observando, especificamente as organizações públicas, define como sendo registro administrativo:

“...todo registro resultante de necessidades fiscais tributárias ou outras, criado com a finalidade de viabilizar a administração ou operacionalização de programas de governo ou, ainda para fiscalizar e controlar o cumprimento de obrigações legais por parte de determinados segmentos da sociedade.”

Muitos problemas podem ocorrer na identificação e classificação dos registros administrativos. Estas dificuldades se tornam ainda mais robustas, especificamente, em organizações que apresentam, em maior ou menor grau, determinadas características, quais sejam:

- Ambientes gerenciais muito fragmentados;

Normalmente, em ambientes gerenciais muito fragmentados os processos comunicativos tendem a apresentar essa mesma característica. Gerando informações e dados fragmentados, muitas vezes, de pouca utilidade para as decisões administrativas.

- Ambientes onde ocorre o fenômeno do crescimento diverso e raramente controlado dos produtos documentários;

Nem sempre, a criação da informação significa que ela será utilizada. Esse aspecto pode levar a duas conseqüências: A primeira é que, de fato, as informações não são úteis. A segunda é que as informações “poderiam” ser úteis, inclusive em aspectos que não os que necessariamente as deram origem ou que justificam seu fim. Assim, de acordo com Cardoso (2006 p 1136)

“O aumento significativo de uma grande massa de informação que se torna a cada dia disponível às pessoas por diferentes meios tecnológicos não significa o aumento de informações úteis e portadoras de sensações. Ao contrário, a multiplicação de sinais leva a uma perda de sensação. Aqui se identifica um paradoxo já que a quantidade de informação (dados e sinais) é percebida como um ruído.”

- Organizações que possuem dificuldades em identificar um registro de acordo com sua natureza funcional

Muitas vezes vários registros administrativos são criados sem a clareza de seus reais objetivos dentro das próprias organizações. De qualquer maneira, na gerência das informações eficiência e efetividade são fundamentais. Existe a necessidade da definição acurada de quais informações serão obtidas, como, se serão armazenadas ou não e por que.

Nesse processo é interessante observar que, aproximadamente 80% dos custos na gerência da informação, ocorrem na fase de “criação” dos registros.

- Organizações que apresentam deficiências nos métodos e ferramentas de gestão informacional.

A criação, o uso e o armazenamento de registros administrativos requerem métodos e, muitas vezes, ferramentas computacionais específicas. De uma maneira geral, o melhor uso dos registros administrativos implica em um bom gerenciamento de informações dentro das organizações. Nesse aspecto também está implícito necessidade de se manter a qualidade da produção e da manutenção dos registros.

### **3 - TRANSFORMANDO REGISTROS EM ESTATÍSTICAS**

Para se transformar os registros em fonte de dados para pesquisas deve-se levar em conta que, em última análise, o objetivo é “medir conceitos” para auxiliar o entendimento dos fenômenos sociais. Nesse sentido, é necessário ter o perfeito conhecimento e controle da forma como o registro administrativo foi criado, construído e utilizado. Esse cuidado é importante para que os registros administrativos sejam criados e manipulados de forma científica.

Nesse processo, o desafio é exatamente transformar os registros administrativos em estatísticas ou dados científicos.

De acordo com Cartwright e Armkencht (1983 p.73)

“A major distinction between the use of administrative as opposed to statistical records is the degree to which the statistician is in control of the design and collection of the records. Statistical records and their collection procedures are designed, documented, and controlled to yield the desired statistical results. When administrative records are used, the statistician must locate the desired records, determine their suitability for the intend se, determine their accessibility, and locate documentation on the sources and methods used in collecting the records...”

Normalmente, existem muito poucos exemplos de sistemas de registros administrativos que foram elaborados também com objetivos estatísticos. No Brasil, em

muitos casos, em função de pressões da própria comunidade acadêmica e, muitas vezes, dos próprios usuários das políticas públicas têm ocorrido uma série de melhorias no gerenciamento de alguns registros que também possuem fins estatísticos. São exemplos, os registros do Ministério da Saúde, que alimentam o DATASUS, registros do Ministério do Desenvolvimento Social, especialmente cadastros de programas como o “Bolsa Família” e de Benefícios de Prestação Continuada e mesmo os cadastros de aposentados e pensionistas do Ministério da Previdência Social. Em todos esses casos têm-se observado uma melhoria contínua da qualidade das informações.

Deve-se notar que, modernamente, o que se conhece como Ciências Estatísticas, ou simplesmente Estatística, é um conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que entre outros tópicos envolve o planejamento do experimento a ser realizado, a coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a forma como serão disseminadas as informações. Normalmente, os procedimentos para construção e obtenção de dados estatísticos são desenhados, documentados e controlados para se alcançar determinados resultados desejados.

Dessa maneira deve-se conhecer e tentar superar os diferentes erros e distorções dos registros administrativos de maneira a transformá-los em estatísticas.

Registros → → → → Estatísticas

(erros)

Nesse sentido, Zacharias (2003 p.6) observa que para o uso dos registros administrativos.

“... para fins estatísticos requer que sejam avaliados, com cuidado, sua base conceitual, classificatória e de referência temporal. Do ponto de vista do órgão responsável pelo registro administrativo, a disponibilidade para outros usos requer que seja observada a integridade do declarante”.

A análise de erros na obtenção de dados, comumente utilizados na estatística, pode e deve ser aplicada na transformação dos registros em estatísticas.

Assim, serão analisados alguns “problemas”, relativamente frequentes, na transformação dos registros em estatísticas. Muitas destas questões poderiam ser levadas em conta pelos responsáveis pelo gerenciamento dos registros, logicamente pensando na sua utilização para outros fins..

#### **4 - PRINCIPAIS PROBLEMAS**

É importante observar que os dados e registros encontram-se no âmbito das criações humanas. Nesse sentido, as informações não existem por si mesmas, em última análise, os dados não são coletados, mas sim, criados. Um dos aspectos mais relevantes nesse contexto é, exatamente, a necessidade de definição prévia dos “conceitos” que serão utilizados e sua real necessidade de mensuração. Até que ponto as medições que estão sendo realizadas servem para compreender determinados fenômenos sociais? Essa questão é fundamental, tanto para o caso dos registros administrativos propriamente ditos e, especialmente, se o objetivo é utilizar os registros como estatísticas.

Ao lançarmos mão de determinados registros como fonte de dados os conceitos das variáveis utilizadas a partir dos registros administrativos devem ser os mais próximos possíveis dessas mesmas variáveis descritas nas pesquisas. Como observado, a própria criação e obtenção do registro ou do dado depende do conceito ou dos fins que lhe atribuímos.

É interessante notar que, principalmente, no caso dos registros administrativos, muitas vezes, em nome, do tempo, da economia de recursos, da confiabilidade, das definições operacionais e em alguns casos da própria legislação perde-se a riqueza dos detalhes de muitas informações que poderiam ser úteis tanto para fins administrativos como para fins estatísticos.

Um outro aspecto que deve ser levado em consideração ao se produzir os mais diversos dados é a necessidade de se atentar para as possíveis combinações de respostas e informações.

A possibilidade de combinação de dados é um poderoso instrumento para a caracterização, determinação de causas, efeitos e correlações que permitem extrair mais conhecimento a respeito de determinados aspectos da realidade.

Assim, ao se produzirem formulários, questionários ou qualquer outro instrumento de obtenção de informações é importante entender como as diferentes informações ou quesitos podem ser combinados entre si para produzirem determinados conhecimentos.

Muitas vezes, são incluídos perguntas, que no contexto, no qual estão inseridos passam a ser informações isoladas, provavelmente sem utilidade. Gerando, maiores custos, como, por exemplo, o do tempo de preenchimento e o do arquivamento desses dados.

Paralelamente, ao lidarmos com a criação de um banco de dados e, por isso mesmo com a realização de medições, um aspecto fundamental é a criação de medidas e hierarquias. Nesse sentido, deve-se levar em conta a finalidade dos dados e como eles deverão ser dispostos e interpretados pelos usuários, aqui, duas questões devem ser levadas em conta: A primeira se refere à qualidade das medições propriamente dita. Qual a “precisão” necessária?

Freqüentemente é possível fazer medições com graus variáveis de precisão. Por exemplo, ao inquirirmos sobre as pessoas casadas, pode-se perguntar onde a certidão de casamento foi registrada, data, número da certidão, etc... ou então perguntarmos, apenas, se a pessoa é casada ou não.

A segunda questão refere-se à própria necessidade da criação e desenvolvimento dos “metadados” e da forma como as informações serão disponibilizadas. Definições, notas e fontes são indispensáveis, tanto para contextualização dos dados estatísticos como para os registros administrativos, seja no momento da criação ou na da recuperação da informação a partir de um banco de dados já existente. De acordo com Rocha (2006 p.11). “É imprescindível construir redes de equivalências e de associações entre os termos com vistas a adequar a linguagem de organização às solicitações dos usuários, bem como dirimir suas dúvidas”.

É interessante observar que, mesmo entre os registros administrativos, poderemos encontrar especificidades e definições que precisam ser mais bem divulgadas. Muitos problemas podem surgir de acordo com a forma como a informação é disponibilizada e

armazenada e a maneira como os usuários são levados a interpretá-la. Nesse sentido, de acordo com as autoras Bilotto e Guercio, (2003 p.138):

“Without registry systems, classification and filing plans the “original administrative context” cannot be easily preserved and understood even in the traditional world and, of course, is impossible to guarantee in the medium term (but sometimes also for the present) in the case of electronic records management systems (ERMS)”

Estes aspectos podem e devem ser considerados tanto para o caso dos registros administrativos como para o caso das estatísticas. Assim, ainda de acordo com Rocha (2006 p.11)

“É fundamental construir um conjunto de metadados: Definições, notas e fontes são indispensáveis, tanto para contextualização dos dados estatísticos, seja no momento da criação ou na da recuperação da informação, quanto para assegurar a própria estrutura da organização dos dados.”

Na criação de registros administrativos também se deve atentar para os conceitos de fluxo e de periodicidade das informações. Uma das grandes vantagens na utilização de determinados registros administrativos é exatamente a possibilidade de se fazer análise longitudinais (análise do tipo coorte), ou seja, de monitorar o comportamento de determinados fenômenos no tempo. Por exemplo, tem-se a evolução da situação funcional dos empregados dentro de uma dada organização, desde sua admissão, até sua aposentadoria.

No entanto, para que essas informações possam ser utilizadas é necessário todo um processo de gerenciamento da qualidade dessas informações, inclusive no tempo. Aqui cabe registrar a necessidade de avaliação do chamado “ciclo de vida das informações” (normalmente, os registros são criados, são usados e mantidos e finalmente são armazenados e dispostos para futuras consultas).

Nesse sentido, Malin (2006 p 07) observa que: “O termo “ciclo de vida da informação” representa os estágios através dos quais a informação passa, tipicamente caracterizados como criação ou coleção, processamento, arquivamento, disseminação e distribuição e uso da informação”. (apud, OMB, 1985)”

Por sua vez, um dos problemas, mais freqüentes na transformação de registros em estatísticas, diz respeito à elaboração de formulários, fichas cadastrais e outros documentos usados na coleta dos dados, que dão origem ao registro administrativo. Nesses casos, observam-se desconformidades desde o “lay-out” dos formulários, como, por exemplo, a melhor disposição das questões, falta de instruções claras e comentários apropriados, tamanho da letra, espaço para preenchimento, etc...até a forma como as perguntas são elaboradas e aplicadas. É importante lembrar que, especialmente, nas questões abertas, é necessário indicar o tamanho esperado das questões e a necessidade, posterior de codificar estas questões.

A não observância desses aspectos acaba por gerar uma série de “tendenciosidades” nas respostas ou mesmo a não obtenção da informação. De uma maneira geral, na elaboração e preenchimento de formulários é necessário o estabelecimento de uma boa comunicação tanto verbal como escrita. São necessárias instruções claras e comentários apropriados, além de clareza nas marcações e no desenvolvimento do questionário.

Nesse contexto, um aspecto básico é o treinamento das pessoas que elaboram e aplicam os formulários. É importante que essas pessoas tenham a correta dimensão da importância dos dados que estão obtendo e manipulando. Isso também inclui o conhecimento do “ciclo de vida” e dos objetivos finais dos registros administrativos que estão ajudando a criar.

Infelizmente, o que comumente se tem observado, especialmente, nas organizações públicas no Brasil é que a tarefa de obtenção e orientação no preenchimento de documentos e formulários tem sido delegada a funcionários pouco qualificados ou a estagiários que pouco conhecimento tem da organização. Isso tende a produzir registros administrativos de baixa qualidade, gerando elevadas “deseconomias” tanto para a organização propriamente dita, como para seus usuários e/ou clientes externos.

Dois outros aspectos, extensivamente, utilizados na avaliação dos instrumentos estatísticos, especialmente, na qualidade de suas medições e que podem ou deveriam ser usados nos registros administrativos, são os relativos aos critérios de “confiabilidade” e de “validade” dos dados e informações.

Basicamente, o conceito de confiabilidade está relacionado à adequação da técnica utilizada, na obtenção de um dado específico ou à técnica envolvida na mensuração de uma determinada relação entre variáveis que se esteja analisando. Um dos princípios básicos do conceito de “confiabilidade” refere-se ao fato de que uma determinada técnica ao ser aplicada repetidamente a um mesmo objeto deve produzir, a cada vez, os mesmos resultados. Do contrário, a análise ou os dados obtidos podem não ser confiáveis e logicamente, os resultados obtidos a partir destas informações são falseáveis.

Um exemplo, seria o caso em que funcionários diferentes, às vezes obtêm respostas diferentes para o mesmo formulário aplicado para a mesma pessoa. Isso, muitas vezes, pode ocorrer, por problemas na comunicação, falta de clareza no instrumento, comentários inadequados, etc... Felizmente, existem diversas técnicas que podem ser usadas para medir a confiabilidade de diferentes itens.

No caso da validade Babbie (1999, p 196) observa que: “... se refere ao grau com que uma medida empírica reflete adequadamente o significado real do conceito considerado”. Aqui cabe a pergunta: Como medir empiricamente determinados conceitos necessários ao agir administrativo ou à pesquisa? Nesse sentido, é necessário levar em conta a “validade operacional” dos conceitos que se queira analisar. Ainda de acordo com Babbie (1999, p. 197):

“Certas medidas empíricas podem ou não coincidir com nossas convenções e imagens mentais associadas a um conceito. Podemos discutir quanto à adequação de medir religiosidade através de comparecimento à igreja, mas concordaríamos que ir a igreja tem pelo menos alguma relevância para a religiosidade.”

É interessante observar que, tanto no caso dos registros administrativos como nas pesquisas acadêmicas é fundamental estabelecer previamente que conceitos são importantes, qual sua definição e se de fato deverão ser mensurados ou não.



## 5 - DESVANTAGENS NO USO DE REGISTROS

Após serem descritos alguns problemas no processo de transformação dos registros em estatísticas, procurar-se-á, de forma não exaustiva, listar algumas desvantagens do ponto de vista empírico, geralmente freqüentes, no uso dos registros como estatística.

É interessante observar que, dependendo do tipo de registro e a forma como ele foi criado, determinadas desvantagens podem estar mais ou menos presentes, de forma combinada ou não. São desvantagens:

- Definições inconsistentes: Muitas vezes, o registro ao ser criado, não tem estabelecido adequadamente o conceito que lhe dá sustentação.
- Os dados administrativos não auferem o exato conceito que pode ser utilizado por um usuário secundário: Diferenças entre os conceitos usados pelo usuário secundário e o conceito que deu origem ao registro administrativo geram grandes dificuldades.
- Formatos “descoordenados” dos registros: Muitas vezes, os registros alimentam bancos de dados com informações não padronizadas, ou seja, um mesmo dado pode ser descrito de várias maneiras.
- Deficiências dos dados: Muitas vezes, os dados podem ter problemas como os de confiabilidade, fato que deve ser sempre analisado e testado.
- Perda de registros no tempo: Por falta de um gerenciamento adequado do ciclo de vida da informação muitos dados são perdidos ou subutilizados.
- Falta de “timing”: Os registros podem ser criados, por exemplo, muito tempo depois do fato que, a princípio, justificaria sua existência. Por exemplo, pessoas depois de adultas que tiram sua certidão de nascimento.
- Dificuldades em se “conversar” com outras bases de dados: Considerando-se a forma como os dados são armazenados e os bancos de dados são alimentados isto pode ser determinante, no que se refere à integração entre diversas bases de dados.
- Necessidade do sigilo das informações: Muitas vezes, determinados dados não estão disponíveis, dado o sigilo envolvido nas informações. Como exemplo, pode-se citar determinados registros da Receita Federal.
- Inflexibilidade quanto às informações disponíveis e as questões envolvidas: Normalmente, os registros administrativos são criados para o “agir” administrativo, por isso mesmo, o número de perguntas e o detalhamento não seriam aqueles desejáveis para uma pesquisa acadêmica.
- Problemas de cobertura da população: Muitas vezes, a cobertura dos dados a partir de registros administrativos estará incompleta, considerando-se as características do cadastro que se está utilizando. Como exemplo, ao analisar as empresas de um determinado setor econômico a partir do cadastro de empresas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) só estarão cadastradas as empresas formais. Todas as demais (as informais) não estarão contempladas no cadastro. Essa é uma questão que deve ser muito bem analisada e testada. Isso, muitas vezes, é possível

cruzando dados de cadastros com os dados de pesquisas oficiais, num determinado ponto no tempo.

- Problemas nas tabulações e divulgações existentes: Muitos registros administrativos são disponibilizados e divulgados a partir de determinadas tabulações. Muitos podem apresentar divulgação deficiente e/ou tabulações que não atendem as demandas por informações, nem dos tomadores de decisão e nem dos potenciais pesquisadores.

## **6 - VANTAGENS NO USO DE REGISTROS**

Mesmo podendo ocorrer vários problemas na utilização direta dos registros administrativos como estatísticas, existem algumas vantagens, que muitas vezes, viabilizam sua escolha para determinadas análises científicas.

Felizmente, nos últimos anos tem-se observado que a necessidade de se criar e gerenciar um maior volume informações vem tendo reflexos na melhoria direta da qualidade dos registros administrativos.

Nesse sentido, parece haver uma tendência contínua no aperfeiçoamento tanto das técnicas de obtenção de dados, propriamente ditas, quanto na manipulação e armazenamento dessas informações.

Entre as principais vantagens na utilização dos registros administrativos tem-se:

- Ampliação da visão da realidade: Possibilidade de um número maior e mais diversificado de estatísticas. Em países cuja, qualidade dos registros é considerada satisfatória, muitas vezes os registros administrativos auxiliam, inclusive, extensivamente na realização de pesquisas oficiais, como por exemplo, na avaliação de cobertura de censos populacionais.
- Eficiência: Muitas vezes o custo de se trabalhar com os registros administrativos é bem menor do que se realizar uma pesquisa específica para determinados assuntos.
- Envolve períodos de tempo de forma contínua ou períodos não abrangidos pelas pesquisas: Dados os custos das grandes pesquisas domiciliares, elas normalmente são realizadas em períodos pré-estabelecidos de tempo. Na maioria das vezes, o registro administrativo é obtido de forma contínua no tempo.
- Para registros individuais ou para pequenas áreas, os registros administrativos podem ter mais informações e de forma mais detalhada do que, por exemplo, pesquisas baseadas em amostras e restritas a determinados períodos de referencia.
- O número de “missing” pode ser menor nos registros administrativos do que nas pesquisas. Muitas vezes, os registros administrativos são regulamentados por legislação específica. As pessoas e organizações acabam sendo “obrigadas” a estarem, por exemplo, registradas. No caso das pesquisas, os entrevistados devem estar “dispostos” a prestarem as informações ao entrevistador.
- Nos registros administrativos os problemas com a confiabilidade das respostas podem ser reduzidos dados a não existência de relação entre entrevistador e entrevistado, que podem levar a ocorrência de mentiras, dificuldade em abordar assuntos delicados e esquecimento...

## **7 - A GUIA DE CONCLUSÃO: GERENCIAMENTO DE REGISTROS: UMA DISCIPLINA?**

Após serem identificados as vantagens e as desvantagens do uso dos registros administrativos como estatística. Procurar-se-á fazer uma rápida discussão acerca do seu gerenciamento dentro das organizações. Sem dúvida, criar registros sem planos adequados para sua manutenção, além de diminuir sua eficácia e qualidade enquanto instrumento de informação e decisão, pode gerar, em última análise, uma grande confusão para a própria condução da organização.

Alguns autores como (Whillemin 2006, Iwhiwhu 2005; Newton, 1986) têm lançado o desafio de se encarar o gerenciamento de registros administrativos como uma disciplina específica. Esse conhecimento surge a partir de um “mix” de várias áreas, mas que cujo arcabouço teórico acaba sendo emprestado, principalmente, da ciência da informação, da computação e da administração. Em grande medida, o gerenciamento de registros (Records Management) poderia ser caracterizado em parte como uma disciplina teórica em parte como uma prática.

Dessa maneira de acordo com Iwhiwhu (2005, p.345):

“...the principles of records management are themselves developing. Records management is the discipline of applying well established techniques and procedures to the control of those sources of information, which arises internally within an organization as a result of its own activities.”

No entanto, de uma maneira tradicional, muitas organizações adotam o gerenciamento de registros apenas como forma de resolver problemas relacionados à má sistematização e arquivamento de registros em papel, normalmente exigidas por lei.

É interessante observar, que mesmo nesse tipo de organização, por vários motivos, ocorre uma necessidade imediata de mudanças, instigadas, entre outros motivos, pela disponibilidade das novas tecnologias de informação, o que têm gerado tremendos desafios.

Entre eles, pode-se observar que ao contrário dos registros em papel, cuja preservação, pode e normalmente é decidida ao final do “ciclo de vida” do registro, o valor de um registro eletrônico deve ser identificado “antes” que o registro seja criado. Também, nesse momento, deverá ser avaliado se o registro será armazenado ou não. Isso está relacionado à própria natureza dos registros eletrônicos, que normalmente, demandam de seus gerentes o envolvimento no desenho do sistema informatizado, inclusive, na criação uso e preservação dos registros produzidos. Em ambientes eletrônicos, os controles são mais intelectuais e mais voltados à forma como os registros são produzidos e obtidos. O adequado gerenciamento desses ciclos é fundamental para a qualidade do registro.

Nesse contexto, as organizações necessitam de uma abordagem que as ajudem a encontrar claramente as fontes internas de informação e registros administrativos. Identificando o volume de informações geradas e seus prováveis e potenciais usos. Também é necessário criar conhecimento do que é viável, onde encontrar a informação, como combinar os registros que produz, com suas necessidades e que registros administrativos podem ser usados para criar novos valores.

É importante analisar se, realmente, os registros administrativos, “informam” aos tomadores de decisão. Muitas vezes, se gasta uma quantidade enorme de recursos na criação e no gerenciamento dos registros administrativos, porém por diversos motivos esses registros não atingem seu principal objetivo que seria exatamente o de subsidiar os tomadores de decisão em suas ações. Nas palavras de Senra (1996) “... no alcance de uma eficiência administrativa estará a medida da eficácia dos registros”.

Finalmente, o gerenciamento de registros também pode ser usado para ajudar as organizações a identificar seu próprio negócio e as fontes de informações necessárias para seu sucesso.

## **8 - BIBLIOGRAFIA**

CARDOSO, Onésimo de O. “Comunicação Empresarial versus Comunicação Organizacional: Novos Desafios Teóricos Revista de Administração Pública v.40 n.6 Rio de Janeiro nov./dez. 2006.

BABBIE, Earl Métodos de Pesquisas de Survey, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

BILOTTO, Antonella, GUERCIO, Maria The management of corporate records in Italy: traditional practice and methods and digital environment Records Management Journal Volume 13 No 3, pp 136-146, 2003.

BUTZ, William P. The future of Administrative Records in the Census Bureau’s demographic activities, Washington, DC U.S. Bureau of the Census, mimeo, 1982

CARTWRIGHT, D. W. e ARMKNECHT, Paul A, “Statistical uses of administrative records” Journal of the American Statistical Association, vol 78, No 382, Jun, 1983.

IWHIWHU, Enemute Basil Management of records in Nigerian Universities Records Management Journal, vol 23 No 3, 2005.

OLIVEIRA, Miriam, MAÇADA, A. Carlos Gastaud GOLDONI, V. Análise da Aplicação do Método: Estudo de Caso na Área de Sistemas de Informação, Salvador BA Anais do 30º Encontro da ANPAD 2006

HOPPEN, N.; MEIRELLES, F. S. Sistemas de informação: um panorama da pesquisa científica entre 1990 e 2003. Revista de Administração de Empresas, v.45, n.1, p.24-35, jan./mar. 2005.

LAI, V. S.; MAHAPATRA, R. K. Exploring the research in information technology implementation. Information & Management, v.32, n. 4, p.187-201, 1997.

LONG, John F. Demographic Applications of Administrative Records Washington, DC U.S.Bureau of the Census, mimeo, 2001

MALIN, Ana Maria Barcellos Gestão da Informação Governamental: em direção a uma metodologia de avaliação, DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.7 n.5 outubro, 2006.

NEWTON, C. "Information and malformation. Records management in information systems" Information '85: Using Knowledge to Shape the Future, Proceedings of Conference organized by Joint Consultative Committee of ASLIB, Bournemouth, 16-19 September, Library Association Publishing, London pp. 75-86, 1986.

OFFICE OF MANAGEMENT AND BUDGET (OMB). Management of Federal Information Resources. Federal Register, v.5,n.247, p.252730-252751, Dec. 24, 1985.

ROCHA, Silvia Gagliardi "A recuperação e a representação da informação estatística" mimeo, *Confest/IBGE*, 2006 (disponível em [http://www.ibge.gov.br/confest\\_e\\_confefe/](http://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/)).

SENHRA, Nelson de Castro "A questão dos registros administrativos vis-a-vís a geração de estatísticas" *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 13(2) Campinas, SP, 1996.

ZACHARIAS, Maria Luiza Barcellos Cadastros Estatísticos de Empresas Construídos a partir de Registros Administrativos, ONU/CEPAL, mimeo, *Segunda reunião da Conferência de Estadística das Américas CEPAL/ONU* Santiago do Chile, 18 a 20 de Junho de 2003.

WILLEMIN, Georges The International Committee of the Red Cross (ICRC) official e-mail system: An example of records management *Records Management Journal* Vol 16 No 2, pp 82-90, 2006.